



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 05/2021/TCMPA

EMENTA: *Dispõe sobre a adoção das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP, editadas pelo Instituto Rui Barbosa – IRB, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM PA.*

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016 e do art. 3º, do Regimento Interno (Ato 23), por intermédio desta Resolução Administrativa de cumprimento obrigatório;

CONSIDERANDO as Diretrizes de Controle Externo nº 3219/2018/ATRICON, aprovadas pela Resolução ATRICON nº 10/2018, segundo as quais os Tribunais de Contas se comprometem a adotar formalmente as Normas Brasileiras de Auditoria Aplicadas ao Setor Público (NBASP);

CONSIDERANDO a Portaria nº 016/2019/IRB, que regulamenta o processo de recepção dos pronunciamentos profissionais (princípios, normas e orientações) da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) pelas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), ao tempo em que revoga as Normas de Auditoria Governamental (NAGs);

CONSIDERANDO que o alinhamento das NBASP com os pronunciamentos profissionais da INTOSAI é essencial para garantir que os trabalhos de fiscalização dos Tribunais de Contas do Brasil tenham um padrão de excelência internacionalmente aceito;

CONSIDERANDO, ainda, os termos da Resolução nº 03/2020 do IRB, que reorganiza as NBASP em grupos, e incorpora à sua estrutura as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil-Histórica Aplicável ao Setor Público (NBC-TASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC);

CONSIDERANDO, por fim, os termos da Resolução nº 1.601/2020 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade e sobre a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público (NBC TASP).

RESOLVE: aprovar a **Resolução Administrativa nº 05/2021/TCMPA**, nos seguintes termos:

Art. 1º. Aplicam-se as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), emitidas pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), no âmbito das atividades de fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA).

Parágrafo único. Compreendem-se como atividades de fiscalização, para os fins do *caput*, os processos que fazem uso dos instrumentos de fiscalização previstos no Regimento Interno do TCM PA.

Art. 2º. As NBASP organizam-se em três grupos que, por sua vez, desdobram-se em outros grupos com os respectivos princípios, conforme a Estrutura de Pronunciamentos da INTOSAI (*INTOSAI Framework of Professional Pronouncements – IFPP*):

I - GRUPO 1: Princípios institucionais: composto pelos pronunciamentos profissionais da INTOSAI que recebem a sigla INTOSAI-P, ou seja, por aqueles que contêm os princípios fundantes e basilares dessa organização e que se aplicam à estruturação das entidades fiscalizadoras em geral e dos Tribunais de Contas em particular, sendo dividido nos seguintes subgrupos:

- a) NBASP 1 a 9 - Princípios fundantes;
- b) NBASP 10 a 99 - Princípios basilares.



II - GRUPO 2: Princípios e requisitos aplicáveis às atividades de controle: composto pelos pronunciamentos profissionais da INTOSAI que recebem a sigla ISSAI, ou seja, por aqueles que contêm princípios e requisitos mandatórios que obrigatoriamente devem ser observados no planejamento e na execução das ações de controle e na elaboração dos relatórios pelos Tribunais de Contas, sendo dividido nos seguintes subgrupos:

- a) NBASP 100 a 129 - Princípios fundamentais de auditoria do setor público;
- b) NBASP 130 a 199 - Requisitos organizacionais;
- c) NBASP 200-299 - Princípios de auditoria financeira (subordinados aos princípios fundamentais de auditoria e aos requisitos organizacionais);
- d) NBASP 300-399 - Princípios de auditoria operacional (subordinados aos princípios fundamentais de auditoria e aos requisitos organizacionais);
- e) NBASP 400-499 - Princípios de auditoria de conformidade (subordinados aos princípios fundamentais de auditoria e aos requisitos organizacionais);
- f) NBASP 600-699 - Princípios de outros trabalhos (subordinados aos princípios fundamentais de auditoria e aos requisitos organizacionais);
- g) NBASP 700-799 - Princípios de competência profissional (subordinados aos princípios fundamentais de auditoria e aos requisitos organizacionais);
- h) NBASP 2000-2899 - Normas de auditoria financeira (subordinadas aos princípios de auditoria financeira);
- i) NBASP 3000-3899 - Normas de auditoria operacional (subordinadas aos princípios de auditoria operacional);
- j) NBASP 4000-4899 - Normas de auditoria de conformidade (subordinadas aos princípios de auditoria de conformidade);
- k) NBASP 6000-6499 - Normas de outros trabalhos (subordinadas aos princípios de outros trabalhos);
- l) NBASP 7000-7499 - Normas de competência profissional (subordinadas aos princípios de competência profissional).

III - GRUPO 3: Orientações aplicáveis às atividades de controle: composto pelos pronunciamentos da INTOSAI que recebem a sigla GUID, ou seja, aqueles que contêm orientações, baseadas e hierarquicamente subordinadas aos princípios e aos requisitos das normas do grupo 2, que podem ser observadas no planejamento e na execução das ações de controle e na elaboração de seus relatórios pelos Tribunais de Contas, sendo dividido nos seguintes subgrupos:

- a) NBASP 1900-1999 - Orientações organizacionais das entidades fiscalizadoras;
- b) NBASP 2900-2999 - Orientações suplementares para auditoria financeira;
- c) NBASP 3900-3999 - Orientações suplementares para auditoria operacional;
- d) NBASP 4900-4999 - Orientações suplementares para auditoria de conformidade;
- e) NBASP 6500-6999 - Orientações suplementares para outros trabalhos;
- f) NBASP 7500-7999 - Orientações suplementares para competência profissional;
- g) NBASP 5000-5999 - Orientações para objetos de auditoria específicos; e
- h) NBASP 9000-9999 - Outras orientações.

Art. 3º. O “Grupo 2000-2899 - Normas de Auditoria Financeira”, previsto no art. 2º, II, *h*, recepciona as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil-Histórica Aplicável ao Setor Público (NBC-TASP), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na estrutura das NBASP.

Art. 4º. O Tribunal promoverá a ampla divulgação, em âmbito interno, da atual divisão em grupos das NBASP, visando o pleno conhecimento das normas.

Art. 5º. Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 22 de abril de 2021.